COMUS CONCEING MUNICIPAL DE SAÚDE

1

2

3

4

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAÇATUBA/SP

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípial de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



Ata da 3.ª RE – Reunião Extraordinária de 2025 deste Conselho 1.º ano da Gestão 04 Jul 2025 a 03 Jul 2028

RE 03/03 - 29 Jul 2025

5 Às dezoito horas e trinta minutos (18:30), do dia vinte e nove (29) do mês de julho (07), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na Sede deste COMUS/Ata-SP - Conselho Municipal de 6 7 Saúde de Aracatuba/SP, sito à Rua Prof.ª Chiquita Fernandes n.º 45, bairro Vila São Paulo, CEP 8 16015-470, Araçatuba, neste Estado de São Paulo, foi iniciada esta 414.ª (Quatrocentésima 9 décima quarta) reunião deste COMUS/Ata-SP, 3.ª RE - Reunião Extraordinária deste ano de 10 2025, que passou a ser desenvolvida como segue: I - P R E Â M B U L O: Item 01.1 -**CONVOCAÇÃO:** nos termos do subitem a.2, da letra "a", do Inc. V, do § 3.º, do Art. 9.º, do RIC – 11 Regimento Interno deste COMUS/Ata-SP, sob a presidência do Conselheiro Dr. Celso Antunes 12 Machado, Presidente Interino deste Conselho, o qual me designou para secretariar os trabalhos 13 desta sessão e passou à abordagem dos itens da pauta. II - E X P E D I E N T E: Item 02.1 -14 CUMPRIMENTOS e VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM para instalação ou não da reunião: (Art. 15 22, da Lei Mun. n. º 8.496/2022). Efetuada às dezoito horas e trinta minutos (18:30) a 1.ª 16 (primeira) verificação de quórum, esta não atingiu a quantidade de presenças de 17 Conselheiros para a *maioria absoluta*, conforme estabelece a letra "b", do Inc. VI, do Art. 18 25, do RIC – Regimento Interno deste Conselho. Às dezoito horas e guarenta e cinco minutos 19 (18:45) realizada a 2.ª (segunda) verificação de quórum, esta atingiu a quantidade de 20 presenças de Conselheiros para a maioria absoluta, conforme estabelece a letra "b", do 21 Inc. VI, do Art. 25, do RIC – Regimento Interno deste Conselho, sendo constatada a presença 22 de 31 (trinta e um) participantes sendo: |a.1)| 27 (vinte e sete) Conselheiros: |a.1)| 17 23 (dezessete) CT - Conselheiros Titulares: Dr. Daniel Martins Ferreira Júnior, Regina 24 Holland, Priscila Nogueira De Morais Cestaro, Daniel de Souza Cunha, Ronald Jefferson 25 Martins, Martha Maria Calixto Marques De Oliveira, José Monteiro Dos Santos, Almir 26 Rogério Bessa da Silva, Dreyf de Assis Gonçalves, Indianara Gomes Pereira Da Silva, Dr. 27 Celso Antunes Machado, Marco Aurélio Jacob Pereira, Sidney Freitas Ribeiro, Nilson 28 Marques Da Silva, Jacques Lima Pétia, Luciana Oliveira Beck, Tuanny Epifânio Batista, 29 30 Marcos Banhado, Luci De Fátima Ferreira Gallego, Dr. Wesley Corrêa, Dr. Thiago



60

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



Henrique Braz Mendes, Prof.^a Lenira Sônia Borgeth, Dra. Stéfani Rodrigues Sampaio 31 Pachela. a.2) 09 (nove) CS - Conselheiros Suplentes: Elisabete Cristina Das Neves Vello, 32 Paula Roberta Pedruci Leme, Dr. Diogo Cezaretto, Simone Pantaleão Macedo, Neusa 33 Correia da Silva, Luís Gustavo Pavan, Salony Cabral Barbosa de Lima, e 04 (quatro) b) 34 Representantes, Convidados, Visitantes e Outros: Wilson Pereira Eugênio Júnior, Tomas 35 Calixto de Almeida Neto, Cícera Maria dos Santos, Meire Lídia Pereira, Sara batista Dávila 36 Vieira e c) eu, Alexandre Freire Curto, que secretariei os trabalhos desta reunião deste 37 Conselho. Justificativas de Ausências: CT - Conselheiros Titulares: Dra. Luciana de 38 Arruda Campos. CS - Conselheiros Suplentes: Nenhuma apresentada. Constatada a 39 existência de quórum regimental, foi a presente sessão INSTALADA pelo Conselheiro 40 Dr. Celso Antunes Machado, Presidente Interino deste Conselho, pois o quórum superou a 41 quantidade mínima de 1/3 (um terço) Inc. VII, do Art. 25, do RIC - Regimento Interno deste 42 Conselho. O Presidente Interino deste Conselho deu boas-vindas aos participantes e em 43 seguida passou para o Item 02.2 - INCLUSÃO, POSSE, AFASTAMENTOS, DISPENSA 44 AUTOMÁTICA DE CONSELHEIRO (Art. 16, do RIC) e PERDA(S) DE MANDATO 45 (autoexclusão) (§ 14, do Art. 12, do RIC) – "... deixar de comparecer a 3 (três) reuniões 46 consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas no período de um ano", DISPENSA 47 AUTOMÁTICA de Conselheiro por descumprimento da legislação vigente: Decreto n.º 48 24.067, de 18/07/2025 - Art. 1.°, Inc. III, Alínea D, itens 01 e 02, do Decreto n.º 24.031, de 49 23/06/2025, passaram a vigorar com a seguinte redação: 01) Lojas Maçônicas: Titular: 50 Wesley Correa, Suplente: Felipe Bertelli dos Santos; 02) Lions Clube: Titular: Thiago 51 Henrique Braz Mendes, Suplente: Luciano Lopes Lorenço. | Item 02.3 - DELIBERAÇÃO 52 sobre ATA (Art. 30, do RIC): Subitem 02.3.1 - Nenhuma apresentada. Em sequência 53 passou-se para o Item 02.4 - MATÉRIA(s) RELEVANTE(s) DE INTERESSE DO 54 CONSELHO (Art. 32, do RIC): Nenhuma apresentada. Item 02.5 - MATÉRIA(s) 55 PENDENTE(s) A SER(em) DELIBERADA(s): (Inc. VII, do Art. 30, do RIC). Subitem 02.5.01 56 - PROPOSTA(s) do PLENÁRIO PENDENTE(s) de Reunião(ões) anterior(es). (Inc. VII, do 57 58 Art. 30, do RIC). Nenhuma pendente. Subitem 02.5.02 - MATÉRIA(s) de PAUTA(s) de Reunião (ões) anterior (es). (Inc. VII, do Art. 30, do RIC). Nenhuma pendente. Subitem 59

02.5.03 - MATÉRIA(s) APRESENTADA(s) por 1/5 (um quinto), 20% (vinte por cento) dos



Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípial de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



Membros deste Conselho de Saúde, desde que no exercício do voto (Por analogia: 61 Art.60, do CC - Código Civil/2002, Redação dada pela Lei n.º 11.127/2005), mediante 62 Requerimento ao Conselheiro Presidente deste Conselho, protocolado na SEA -63 Secretaria Executiva e Administrativa deste COMUS/Ata-SP e no mínimo com 48 64 (quarenta e oito) horas antes da data de realização da reunião. (Inc. II, do § 1.º, do Art. 9.º, 65 do RIC). Nenhuma apresentada. Item 02.6 - CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS e 66 EXPEDIDAS (subitem a.7, da letra "a", do Inc. V. do § 3.°, do Art. 9.°, do RIC): Subitem 67 02.6.1 - CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS e MATÉRIAS A DELIBERAR pelo 68 PLENÁRIO, nesta Reunião e/ou em outra oportunidade: Correspondências Recebidas: 69 Nenhuma apresentada. Na sequência, passou-se para o 70 Subitem CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS: Nenhuma apresentada. 71 Em prosseguimento passou-se para o Subitem 02.6.3 - COMUNICAÇÃO DE CONSELHEIRO DE SAÚDE: a 72 se inscrever(em), antes do início da Reunião. (Inc. II, do Art. 28, do RIC). 73 apresentada. 02.6.4 - DO PRESIDENTE deste Conselho de Saúde: Nada apresentado. 74 Prosseguindo passou-se para o Item 02.7 – INFORMES: Nada a informar. Na sequência 75 passou-se para o Item 02.8 - OUTRAS MATÉRIA(S) a DELIBERAR pelo PLENÁRIO, nesta 76 Reunião (Art. 36, do RIC): 02.7.01 - Eleição da DEC - Diretoria Executiva do Conselho 77 - Triênio 2025/2028. A palavra foi passada para o Conselheiro Dr. Celso, Presidente 78 Interino deste COMUS/Ata-SP, que ressaltou que há um impasse acerca da posse do 79 80 Conselheiro Dr. Thiago, o que invalidaria sua chapa. A palavra foi passada para a 81 Conselheira Prof.^a Lenira, que observou que após a nomeação do Dr. Thiago por Decreto Oficial, o mesmo ainda não havia comparecido a uma Reunião para tomar posse, o que 82 83 invalidaria sua candidatura. Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro Dr. Wesley, que ressaltou que a Comissão Eleitoral recebeu um pedido de impugnação da 84 Chapa n. o 02, e procurou, no Regimento Interno, a obrigatoriedade de uma nova 85 Solenidade para o empossamento de substitutos ou qualquer outro indicado pela 86 87 Entidade. Destacou que o Dr. Thiago tornou-se membro indicado por substituição pelo Lions Clube, o que é um ato discricionário, e os Conselheiros não tem ingerência sobre 88 89 isso. Ressaltou que, até o presente momento, o Presidente Interino é o Dr. Celso, que 90 assinou a substituição, feita à requerimento do Lions, junto com a documentação 91 necessária, que posteriormente foi assinada pelo Prefeito, Secretário de Saúde e



92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



Secretária de Participação Cidadã. Foi então, publicado no Diário Oficial Eletrônico no dia 24/07/2025, momento que se aperfeiçoou como Ato Administrativo, ele tornar-se Conselheiro, e não há previsão no Regimento Interno a obrigatoriedade de uma nova solenidade onde alguém precise ter, dentro de uma Reunião Ordinária ou Extraordinária, essa necessidade de ser empossado, porque quem o torna Conselheiro, com plenos poderes, é a Edição da publicação. Ressaltou que a Comissão pode invalidar a Chapa do Dr. Thiago, porém, caso isso seja feito, ele pode entrar com os meios processuais para embargar toda esta eleição. A palavra foi passada para a Conselheira Prof.ª Lenira, que destacou a publicação do Edital n.º 001/2025, com o Processo Eleitoral, com as datas e prazos, e destacou que nesse meio tempo, ocorreu a nomeação do Lions Clube, correta dentro de todos os aspectos políticos e administrativos, ou seja, tudo em ordem, mas no dia 04/07/2025, houve nomeação dos Conselheiros e posse, então, quando houve uma outra nomeação, teria que ser dado posse também, não necessitando ser necessariamente uma solenidade, mas que fosse feita em uma reunião, e não aconteceu essa posse. Ressaltou que, sendo assim, a candidatura da Chapa 02 estava inválida, pois o Conselheiro não havia sido empossado. Informou que ela entrou com um recurso, dentro do prazo, pedindo a impugnação da candidatura do Dr. Thiago. A resposta da Comissão Eleitoral foi de que o Conselheiro está automaticamente empossado a partir do Decreto de Nomeação. Ela comenta que no Regimento Interno, consta que precisa da posse, a qual ela colocou na Declaração de que ela não concorda com a decisão da Comissão Eleitoral, e citou o item 2.2 do Edital, em que consta a posse. Ela conclui dizendo que não vê legalidade na Chapa 02. A palavra foi passada ao Conselheiro Dr. Wesley, que ressaltou que, como a Declaração foi aberta a todos, é necessário dar o direito de resposta ao Dr. Thiago e ainda destaca que o Regimento Interno, do jeito que está, está falho, e justamente houve esses problemas por conta disto. Ele explica que a posse, pelo processo administrativo, foi concluída com o Decreto. A palavra foi passada então para o Conselheiro Dr. Celso, Presidente Interino deste Conselho, que sugeriu que fosse dada a posse hoje, e realizada a Eleição. Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro Dr. Thiago, que partiu do princípio de quem é a responsabilidade para dar posse, informando que quem empossa e quem é o titular do direito de empossar é o Prefeito Municipal, e não há nada no Regimento Interno que diga que o Presidente empossa



123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000. normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pela Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



substituto. Esclareceu que, se antes isso acontecia, era uma usurpação de função do Presidente anterior que fazia as vezes de empossar alguém. Ressaltou que o ato administrativo de decretar a validade do cargo daquela pessoa é o que basta, não há na Lei ou no próprio Regimento algo que diga que há a necessidade de uma solenidade. Para substituição de membros, o Regimento é vago. O Conselheiro citou o exemplo de um concurso público, sendo o ato do Diário Oficial que torna a pessoa empossada, e concluiu que todo o processo para sua nomeação e posse foi realizado, sugerindo que, caso a Comissão entenda, possa ser proposto ao Plenário a deliberação da regularidade de sua Chapa. A palavra foi passada para o Conselheiro Nilson, que observou que a Comissão Eleitoral foi montada para cuidar do Processo Eleitoral, sendo assim eles que devem tomar as decisões. A palavra foi passada para a Conselheira Prof.ª Lenira, que observou que é necessário rever o Regimento, porém, se seguir da forma como está, estarão agindo contra ele. No Artigo 16, fala-se claramente isso, sobre a posse, a qual também foi colocada no Edital. Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro Dr. Wesley, que destacou que, considerando o Regimento e as regras legais, e hierarquia de normas, não há, dentro do Regimento, essa previsão. Se há, ela é ilegal. Toda e qualquer lei, a qualquer momento, vai e deve ser revista, justamente por isso. Esclareceu que a posse é um ato do Prefeito. A palavra foi passada para a Conselheira Prof.ª Lenira, que pontuou que o Decreto apenas nomeia, e é feita uma sessão solene para a posse. Ressaltou que o Regimento não prevê uma Comissão Eleitoral para a Diretoria Executiva, e sim para a próxima gestão do Conselho. A palavra foi passada para o Conselheiro Dr. Wesley, que ponderou que é necessário decidir se a Eleição vai ou não acontecer, e sobre a posse, é uma usurpação de competência. Se for fazer a revisão jurídica legal, vai ficar a cargo do candidato impugnado, que pode buscar a via judicial necessária. A palavra foi passada para o Conselheiro Drevf, que ponderou que o Conselho não pode deliberar sobre algo considerado ilegal. Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro Dr. Thiago, que concluiu que deve ser deliberado se o Parecer da Comissão Eleitoral é válido, considerando aptas as duas chapas, e caso tenha essa decisão, ir para a eleição. Se o Conselho entender que a Chapa está ilícita, então seu entendimento será de que ele não tomou posse, então ele toma posse automaticamente. Se o Conselho entender que a Chapa está lícita, ele já tomou posse. A palavra foi passada para o Conselheiro Dr.



154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000. normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Município de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e orocressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS, com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



Wesley, que pontuou que a Declaração de não aceitação da Decisão da Comissão Eleitoral pela Conselheira Prof.ª Lenira foi entregue há pouco, fora do horário de funcionamento da Secretaria Executiva, trazendo as alegações. E prosseguiu, lendo o Art. 16, do Regimento, que consta nessa Declaração: "Cerca de 06 meses antes da data do término do mandato do Conselheiro de Saúde do COMUS/Ata-SP, ... Art. 15 - As instituições, entidades, movimentos e outros, eleitos ou oficiados para indicarem seus representantes para este COMUS/Ata-SP deverão o fazer por escrito/impresso, conforme deliberado pelo Plenário deste Conselho." "Parágrafo único - Admitir-se-á a recondução de membros a este Conselho de Saúde, desde que se promova a renovação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de suas representatividades. (Inc V, da 3.ª Diretriz, da Res. CNS n.º 453/2012 e § 1.º, do Art. 11, da Lei Municipal n.º 8.496/2022)." "Art. 16 – A composição de representantes deste COMUS/Ata-SP, (nomeações ou exclusões), será formalizada mediante expedição de ofício por este Conselho de Saúde ao Exm.º Sr. Prefeito Municipal, o qual fará as respectivas nomeações ou exclusões, através de Portaria do GP – Gabinete do Prefeito. § 1.º – Para votar nas Reuniões deste Conselho de Saúde, os Conselheiros nomeados precisam primeiro ser empossados para passarem a exercer as respectivas funções e encargos neste Conselho de Saúde." O Conselheiro Dr. Wesley explicou que o Parecer da Comissão não vê ilegalidade ou impedimento para a candidatura do Conselheiro Dr. Thiago, no decorrido Regimento não há relação sobre a substituição ou troca no decorrer do triênio. Então, não se tem a obrigatoriedade de toda substituição, ou troca, ser feito um novo empossamento. Como Conselheiro, ele ressaltou que não vê irregularidade ou impedimento em relação à Eleição, mas ponderou que o Pleno é quem decide. Posteriormente, informou que vão deixar o Dr. Thiago fazer suas declarações, e concluiu que entende que caso alguém não aceite o Parecer da Comissão, há outros meios a serem tomados em um outro momento, que não este. Ele esclareceu que se considera Conselheiro Titular, pois entende que isso passou a ter feito com o Decreto. Porém ele se abstém, e coloca para o Plenário a decisão. A palavra foi passada para o Conselheiro Ronald, que questionou se a Conselheira Prof.ª Lenira recebeu a resposta da Comissão Eleitoral. Em seguida, a Conselheira Prof.ª Lenira respondeu que lhe foi passada pela Secretaria Executiva, mas que ela quis deixar esta Declaração de que não concordava com a decisão, havendo eleição ou não. Explicou que quando passou isso para o Dr. Celso, ele quis trazer para o Pleno. A palavra foi passada para a Conselheira Luciana, que ressaltou



185

186

187

188189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



que faz parte do Conselho há onze anos, acompanhou a formulação do Regimento Interno, e ela entende que foi votada uma Comissão Eleitoral, que entendeu que as duas Chapas são válidas, e se o Conselheiro não concorda, se ele entende que a Conselheira Prof.ª Lenira esteja certa, é só votar na outra Chapa. E se a outra Chapa ganhar, e a Conselheira Prof.ª Lenira quiser fazer um recurso posterior, ela pode fazer. Sendo assim, com a anuência de todos presentes, foi iniciada a votação das duas Chapas, pelos Conselheiros Titulares presentes, e, na ausência, pelos Suplentes, a saber: Chapa 01: Presidente - Lenira Sônia Borgeth, Vice-Presidente – Luci de Fátima Ferreira Gallego, 1.º Secretária – Indianara Gomes Pereira da Silva, 2.º Secretário – José Monteiro dos Santos; Chapa 02: Presidente - Thiago Henrique Braz Mendes, Vice-Presidente - Jacques Lima Pétia, 1.º Secretário -Nilson Marques da Silva, 2.ª Secretária - Tuanny Epifânio Batista. Antes do início da votação, O Conselheiro Dr. Celso, Presidente Interino deste Conselho, passou a palavra para os candidatos a Presidente das duas Chapas, Conselheira Prof.ª Lenira e Conselheiro Dr. Thiago, que fizeram suas apresentações, e após, deu-se início ao Processo Eleitoral, com cédulas e voto secreto. Cada Conselheiro foi chamado pela ordem da lista de presença. Após o Processo Eleitoral, a Comissão Eleitoral, composta pelos Conselheiros: Dr. Diogo Cezaretto, Luciana Oliveira Beck e Dr. Wesley Correa, fez a apuração dos votos, sendo 11 (onze) votos para a Chapa 01, e 12 (doze) votos para a Chapa 02, totalizando 23 (vinte e três) votos válidos. O Presidente Interino, Dr. Celso, anunciou o resultado a todos e parabenizou a Chapa 02 pela vitória. Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro Dr. Thiago, que agradeceu pela participação de todos, entende que ninguém perdeu, todos ganharam, pois vimos que temos um Conselho plural, que pode ter talvez ideias distintas, mas objetivos semelhantes. Ele acredita que possam, em conjunto, fazer algo muito bom para o futuro. Lembrou que estão aqui não somente para fiscalizar, mas também para propor, nos colocar à disposição, para estarmos presentes. Pontuou que espera contar com a ajuda de todos, em breve terá a nomeação das Comissões, que são tão ou mais importantes que a Mesa Diretora, pois são elas que de fato, fazem as análises, e espero que possam, em conjunto, fazer um ótimo trabalho. **Item 02.9** – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE relevante deste CONSELHO (Inc. IV, do Art. 20, do RI): Nada apresentado. Prosseguindo, passou-se para o Item 02.10 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS: Expeça o Secretário Executivo deste Conselho os respectivos COMPROVANTES DE DELIBERAÇÕES, para os fins que se fizerem necessários, assim

Reunião Ordinária, realizada em 16 Nov 2019).

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAÇATUBA/SP

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



como Ofício(s) próprio(s) decorrentes das deliberações do Plenário deste COMUS/Ata, se for o caso. Na sequência passou-se para o Item 02.11 — ENCERRAMENTO DESTA REUNIÃO: Nada havendo mais a tratar e nada a manifestar, o Presidente deste Conselho agradeceu a presença e participação dos que se encontravam presentes e conectados, determinou-me a elaboração desta Ata e declarou encerrada esta reunião. Esta Ata elaborada por mim, ALEXANDRE Freire Curto, Secretário Executivo deste Conselho e por ser expressão da verdade, sob as penas da Lei e para que possam surtir os efeitos legais, vai assinada pelo Conselheiro: Dr. Celso Antunes Machado, Presidente Interino deste Conselho (conforme modificação deliberada pelo Pleno deste Conselho na 9.ª RO —

Dr. CELSO Antunes Machado

Representante do CROSP – Conselho Regional de Odontologia de São Paulo Presidente Interino deste COMUS/Ata-SP 04Jul25 a 03Jul28 – Inc. II, §12.º, Art. 12, do Regimento Interno

280

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAÇATUBA/SP

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade. na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municipal de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS, com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



DEMONSTRATIVO DE: PRESENÇAS 🕑: Não Participou NP: FALTAS 📙; JUSTIFICATIVAS \rbrack ; AUTO-EXCLUSÃO 🗚 e DESLIGADO D 04Jul2025 a 03Jul2028 Inc. I – a) Gestores e Prestadores de Serviços na Área de Saúde Conselheiros Titulares e Suplentes Decr. e Data Nomeação CT – Dr. Daniel Martins Ferreira Júnio 4.031 - 23/06/20 P P a.1 – Secretário Municipal de Saúde CS – Elisabete Cristina Das Neves Mello 01 24.031 - 23/06/20 P P a.1 – Poder Executivo Municipal CT – Regina Holland 24.031 - 23/06/20 CT – Regina Holland
a.2 – Poder Executivo Municipal
CS – Paula Roberta Pedruci Leme
a.2 – Poder Executivo Municipal
CT – Priscila Nogueira Morals Cestaro
a.3 – Poder Executivo Municipal P P 02 4.031 - 23/06/ P P P P 03 CS – Dr. Diogo Cezaretto a.3 – Poder Executivo Municipal P P CT - Daniel De Souza Cunha 24.031 - 23/06/2 NP P b.1 - Hospital Neurológico Ritinha Prates 04 15.5 - Antônio Domingos de Camargo 15.1 - Ass. das Sras. Cristãs Benedita Fernandes 15.2 - FOA - UNESP P P CS – Simone Pantaleão Macedo b.2 – FAC/FEA CT – Martha M. C. Marques de Oliveira b.3 – APAE 05 NP P 24.031 - 23/06/20 P P 06 CS – Ângelo César Fernandes Jacomossi 24.031 - 23/06/20 NP NP b.3 - Ass. MSMT Zatti Saúde Inc. II – b) Entidades de Trabalhadores na Área de Saúde: CT – José Monteiro Dos Santos a.1 - Sind dos Empr^{dos} em Estabt°s e Svs de Saúde 24.031 - 23/06/20 P P 07 CS – Neusa Correia Da Silva a.1 - Sind dos Empr^{dos} em Estabt°s e Svs de Saúde 24 031 - 23/06/2 NP P T – Indianara Gomes Pereira Da Silva o.1 - CRF – Cons Reg Farmácia de SP P P 08 CS – Adriano Takashi Hirasaki b.1 - CRF – Cons Reg Farmácia de SP NP NP CT - Dr. Celso Antunes Machado 24.031 - 23/06/ P P CF – Dr. Ceros Antonies machado b. 2 – CROSP – Cons Reg de Odontologia de SP CS – Dr. Stefan Fiuza De Carvalho Dekon b. 2 – CROSP – Cons Reg de Odontologia de SP 09 4.031 P NP CT- Dreyf de Assis Gonçalves b.3 - CRP6 - Cons Reg Psico 6.ª Reg P P 10 CS- A indicar. 24.031 - 23/0 NP NP b.3 - CRP6 - Cons Reg Psico 6.ª Reg CT –Luciana de Arruda Campos b.4 - CREMESP – Cons Reg Medicina de SP F J 11 F F CT– Almir Rogério Bessa da Silva b.5 - COREN – Cons Reg de Enfermage 4.031 - 23/06NP P CS – Fábio Luiz Ursolino b.5 - COREN – Cons Reg de Enfermagem de SP 24.031 - 23/06 P NP Inc. III – c) Entidades de Usuários dos Serviços de Saúde CT – Marco Aurélio Jacob Pereira 24.031 - 23/06/2 a.1 - Associação Amor Exigente de Ata 13 CS – Carlos Roberto G. Valêncio a.1 - Associação Amor Exigente de Ata NP NP CT— Sidney Freitas Ribeiro a.2 - AMA — Assoc. Amigos Autistas P P CS – A indicar. a.2 - AMA – Assoc. Amigos Autista: NP NP CT- Nilson Marques da Silva b.1 - CGU Zona Norte 24.031 - 23/0 P P 15 CS- Luís Gustavo Pavan b.1 - CGU Zona Norte 4 031 -P P T— Jacques Lima Pétia 0.2 – CGU Zona Sul P P 16 CS- Adriana A. Correa Lima Pétia 24.031 NP NF o.2 - CGU Zona Sul CT- Luciana Oliveira Beck 4.031 P P .3 - CGU Zona Leste 17 CS– Eliana Vincolete da Silva o.3 – CGU Zona Leste NP NP CT– Tuanny Epifânio Batista b.4 – CGU Zona Oeste F P CT- Salony Cabral Barbosa de Lima b.4 - CGU Zona Oeste 24.031 - 23/06 F P 4 031 - 23/0 T- Marcos Banhado 5.5 - CGU Zona Rural F P 19 CS— Márcia Gladis de Souza Mendes D.5 — CGU Zona Rural F NP CT– Luci De Fátima Ferreira Gallego c.1 – SINTAPI P P 20 CS - Shirley M. C. Bastos De Oliveira NP NP 1 - SINTAPI CT–Wesley Correa d.1 – Lojas Maçônicas P P CS- Felipe Bertelli dos Santos d.1 – Lojas Maçônicas P NP CT- Thiago Henrique Braz Mendes P P e.1 – Lions Club 22 CS - Luciano Lopes Lourenco 4.031 - 23/06 P NP .1 – Lions Club CT- Lenira Sônia Borgeth f.1 - Rotary Club P P 23 CS— Rafael B. Scudeller Almeida f.1 — Rotary Club 4.031 - 23/06P NP CT– Stéfani Rodrigues Sampaio Pachela g.1 – OAB – 28.ª Seção Araçatuba/SP 24.031 - 23/06/ P 24 S-Renato Travassos Nunes da Silva 1.1 – OAB – 28.ª Seção Araçatuba/SP F NP IV Secretário Executivo do Conselho Dt de Desigç 05/12/2018 Alexandre Freire Curto Secretário Executivo Do Comus/Ata-SP P P



Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de marticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Município de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demas disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS, com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



281 Outros participantes das reuniões: 282

Convidados, Visitantes e Outros Decre et Nomeação 15 19 19 10 10 10 10 10 10	
Inc. Inc.	
O1	
I.b	
CT -	
O2	
II	
O3 CT -	
O3	
III.a	
CT -	
O4	
III.b Inc. III - Entidades de Usuários dos Svs de Saúde: b) Organizações Não Governamentais e Clubes de Serviços CT -	++++
05 CT - CS -	
05 cs –	
CS-	
III.c Inc. III - Entidades de Usuários dos Svs de Saúde: c) Conselhos de Bairros, Conselhos Gestores das Unidades de Saúde. Ou Conselhos	s Distritais,
CT – Wilson Pereira Eugênio Júnior	
CT – Tomas Calixto de Almeida Neto	
CT – Cícera Maria dos Santos P	
CT – Meire Lídia Pereira P	
CT – Sara Batista Dávila Vieira P	
IV Outros	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
14 15	

Dr. CELSO Antunes Machado

Representante do CROSP - Conselho Regional de Odontologia de São Paulo Presidente Interino deste COMUS/Ata-SP 04 Jul
25 a 03 Jul
28 – Inc. II, $12.^{\circ}$, Art. 12, do Regimento Interno

284

283